

O que os empresários criticam na equipe econômica

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

24 empresários paulistas que participaram do encontro de Itatiba, no sábado passado, com o presidente José Sarney, não pouparam críticas à equipe econômica do Governo. "Muita teoria, excesso de burocracia, incompetência e lentidão nas decisões" foram os termos mais utilizados na queixa geral dos empresários que, segundo um dos participantes do Governo, não se referiram nominalmente a ninguém. O encontro foi promovido pelo empresário Mathias Machline em sua chácara Maras Rosa do Sul a 66 km de São Paulo.

Quase todos os empresários solicitaram do Presidente um realinhamento da política cambial de forma a torná-la mais realista; adoção imediata de medidas com vistas a reduzir as altas taxas de juros e a não interferência do Estado na economia, através da opção pelas leis do livre mercado. Os empresários — sem exceção — cobraram do presidente Sarney um plano econômico — mesmo que semestral o mais rápido possível como uma forma capaz de sinalizar ao setor produtivo sobre os rumos da política econômica e, por consequência, estimular os investimentos.

A reunião de trabalho foi aberta pelo presidente Sarney advertindo que estava ali para ouvir, portanto, que todos falassem francamente. Em seguida, de acordo com relato do porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, o Presidente pediu que cada um dos empresários fizesse uma exposição sobre cada setor e uma análise do conjunto da economia brasileira.

Um traço comum no discur-

so empresarial — além das críticas à equipe econômica — foi total apoio ao presidente Sarney. Eles manifestaram disposição de apoiar "irrestritamente" qualquer plano econômico que venha a ser anunculado pelo Governo. Um número expressivo de empresários elogiou a "paciência" e a "tolerância" do Presidente ante as inúmeras críticas à sua política econômica. Os empresários registraram, ainda, preocupação com relação ao "déficit público" defendendo adoção de medidas capazes de contê-lo a curto prazo e com relação ao nível de politização das reivindicações sindicais.

Max Feffer, presidente da Suzano (indústria de papel e celulose) foi o primeiro a falar chamando a atenção para o problema da indústria que vem se ressentindo da ausência de um planejamento para que possa voltar a investir. "Com o fim do Plano Cruzado é preciso preencher o vazio, definir as regras do jogo, só assim o setor poderá voltar a investir" disse Feffer. Ele informou que em 86 as indústrias de papel e celulose investiram 75 milhões de dólares contra 45 milhões de dólares no período 83/84.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles Menezes, atribuiu a crise da agricultura brasileira a causas externas, em consequência da queda nos preços agrícolas no mercado internacional. Ele reconheceu que o Governo Sarney deu uma grande ajuda à produção agrícola, citando como resultado desta política, a safra recorde de grãos deste ano, calculada em 65 milhões de toneladas.

Apesar dos elogios sobre a atuação governamental no setor agrícola, Flávio Menezes

condenou as altas taxas de juros e pediu a adoção de uma política agrícola de modo a viabilizar uma estrutura de custo menor. O empresário chamou, ainda, a atenção do Governo para incluir na política agrícola mecanismos capazes de facilitar o escoamento das safras.

Alain Belda, presidente da Alcoa Aluminio S.A. queixou-se de que a indústria de alumínio não tem ainda uma política definida. Disse que o congelamento de preços em 1986 pegou o setor com preços abaixo de sua estrutura e reclamou, também, do fato de que o setor de alumínio não dispõe de um interlocutor nos ministérios. Já o presidente da Varig, Hélio Smidt limitou-se a pedir a liberação dos preços das tarifas aéreas e a queixar-se da situação salarial que segundo ele "é crítica" no setor.

Representando o Grupo Votorantim — porque o ex-candidato ao Governo de São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes preferiu não se confrontar com o governador de São Paulo, Oréstes Quêrcia presente ao encontro — José Ermírio de Moraes Filho expôs a situação da indústria de cimento. Segundo ele, apesar do congelamento dos preços, em 1986 o setor cresceu mais que em 85 igualando o crescimento àquele registrado em 79. "A melhor forma de reescalonar a dívida externa é pagá-la e isto pode ser feito com o trabalho de todos", refeitiu José Ermírio, utilizando a fórmula defendida pelo seu irmão. Ele referiu-se a recessão ocorrida no Brasil no período 73/84 afirmando que o preço que vem sendo pago por ela foi muito grande, dai a necessidade de evitar nova recessão. Foi um dos poucos empresários a reconhecer que

existe abuso na econômica de mercado e defendeu a adoção de "mecanismos férreos" pelo Governo, como forma a exercer um efetivo controle nos preços.

Em nome de 130 mil empresas, o presidente da Fiesp — Mário Amato disse que para fazer uma avaliação da crise econômica é preciso eliminar o pessimismo" de um lado, e o exagero daqueles que a superdimensionam, de outro. Defendeu um realinhamento da política cambial e uma maior abertura para o capital estrangeiro. Segundo ele, uma das causas da inflação está na expansão monetária e nas altas taxas de juros que o Governo, na sua opinião, poderá corrigir em três meses.

Abilio Diniz, superintendente do Grupo Pão de Açúcar ressaltou que dá total apoio à política do presidente Sarney. Mas disse que enquanto o comércio age com muita rapidez a equipe econômica do Governo reage com muita lentidão. "O Governo deve se instrumentalizar para ter condições de diagnósticos e decisões rápidas", sugeriu o empresário.

Michael B. Kelland, presidente do Citybank no Brasil, declarou que mesmo depois da suspensão do pagamento dos juros aos grandes bancos dos Estados Unidos, tem absoluta confiança no Brasil e no Governo do presidente José Sarney. A perspectiva que tem é de que os problemas brasileiros são de curto prazo. Ele defende a adoção de um plano econômico que seja bastante divulgado. Michael Kelland considerou impossível negociar com quase 700 bancos credores e defendeu maiores facilidades para os investimentos estrangeiros.

Expressando o pensamento de toda a indústria automobilística, o presidente da

Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, assegurou que o setor não vai bem nos últimos seis anos quando perdeu C\$ 27 bilhões, prejuízo que se agravou com o congelamento de preços. "Se o Brasil praticar a liberdade de preços a indústria automobilística terá condições de se tornar a primeira exportadora de veículos do mundo" disse Sauer.

Amador Aguiar, presidente do Conselho de Administração do Bradesco declarou que o presidente José Sarney à frente do Governo é uma garantia de tranquilidade ao regime, mas considerou que o início da prática democrática pode estar sendo perturbado na área sindical. Segundo ele a manutenção do gatilho salarial pode levar os bancos a uma situação muito grave.

Favorável a ida do Brasil ao FMI o presidente do Grupo Bardella, Cláudio Bardella considerou que o Fundo presta assessoramento técnico e não interfere na política econômica dos governos. Foi rechaçado pelos demais empresários e reformulou sua posição depois de ouvir que o nível de estatização da economia, hoje em torno de 70 por cento passaria a 90 por cento com o monitoramento do FMI.

Ao encerrar o encontro, o presidente Sarney disse que o Plano Cruzado não pode ser compreendido, simplesmente, como o congelamento dos preços mas, fundamentalmente, pelas conquistas sociais e as mudanças que operou no País. Recomendou tranquilidade aos empresários afirmando que o Governo não trabalha na dimensão da catástrofe sob a ótica do crescimento. E concluiu, concitando o setor empresarial a manter viva a chama da esperança do povo brasileiro, no Plano Cruzado.